

---

**Campo Grande - MS, 14 de abril de 2000.**

Exmo. Senhor  
**PAULO BERNARDO SILVA**  
Secretário de Estado de Fazenda  
Nesta.

**Relatório da Administração Orçamentária,  
Financeira e Patrimonial do Estado, relativo ao  
exercício de 1999.**

Temos a grata satisfação de encaminhar a Vossa Excelência, o Balanço Geral do Estado, relativo ao exercício de 1999, a fim de que o mesmo seja remetido à Egrégia Assembléia Legislativa para julgamento da Prestação de Contas Anual do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, com base no parecer prévio do Tribunal de Contas, conforme disposições contidas no inciso XVI, do Artigo 89 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul.

O Balanço Geral do Estado, constitui-se num dos mais importantes centros de informações, pois demonstra a posição econômico-financeira do governo, registrando todos os fatos da sua complexa administração, instituído com quadros e demonstrativos técnicos que obedecem as normas determinadas pela Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, e demais instituídas pelo Tribunal de Contas do Estado, observados os padrões estabelecidos pelo Plano de Contas Único do Estado.

Dentre estas informações que refletem o comportamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do exercício em pauta, procuraremos tecer considerações acerca dos elementos relevantes, através do Relatório de Apresentação, precedido de uma análise no que diz respeito aos seguintes componentes:

**1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**, evidencia as receitas e despesas previstas, em confronto com as realizadas, bem como os resultados alcançados. O Anexo 12 é o modelo em que o Balanço Orçamentário será apresentado junto com os anexos 1 a 11, segundo a sistemática do orçamento-programa, assim:

Anexo 1 - "DEMONSTRAÇÃO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS", cuja finalidade é, precipuamente demonstrar o superávit do orçamento corrente e que pode ser aplicado em operações de capital.

- 
- Anexo 2 - Quadro A - "RESUMO GERAL DA RECEITA DO ESTADO", demonstra as receitas orçamentárias efetivamente arrecadadas por categoria econômica.
- Anexo 2 - Quadro B - "NATUREZA DA DESPESA", demonstra as despesas orçamentárias empenhadas a nível de elemento de despesa e seus desdobramentos.
- Anexo 6 - "PROGRAMA DE TRABALHO", relaciona por Órgão de Governo os valores empenhados, desdobrando-se por projetos e atividades.
- Anexo 7 - "PROGRAMA DE TRABALHO DO GOVERNO - DEMONSTRATIVO DE FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES", consolida os valores empenhados a nível de governo.
- Anexo 8 - "DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS CONFORME O VÍNCULO COM OS RECURSOS", tem como finalidade demonstrar os valores empenhados, consolidadamente, ressaltando as fontes de recursos ordinárias das vinculadas.
- Anexo 9 - "DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES", revela os valores empenhados, destacando as funções de governo.
- Anexo 10 - Quadro A - "COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA", coteja a receita por fim arrecadada com aquela que teria sido orçada ou prevista.
- Anexo 10 - Quadro B - "DEMONSTRATIVO DA RECEITA", anexo auxiliar criado com as mesmas funções do anterior, destacando as unidades da administração centralizada, entidades autárquicas, fundacionais e os fundos estaduais.
- Anexo 11 - Quadro A - "COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA", trata-se de cotejo semelhante, porém em relação à despesa, onde é demonstrada a totalidade dos empenhos feitos à conta dos créditos autorizados.
- Anexo 11 - Quadro B - "COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA", com as mesmas funções do anexo anterior criado, porém, destacam-se as dotações descentralizadas através de provisionamento.
- "DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÕES, PROGRAMAS E SUBPROGRAMAS, CONFORME A ESFERA ORÇAMENTÁRIA", demonstra as despesas por esfera nas unidades por funções, distribuídas por programas e subprogramas realizadas durante o exercício.
- "DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS", que relaciona, por unidades orçamentárias, os créditos orçamentários e os adicionais abertos no exercício.

“DEMONSTRATIVO DE ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS”, relaciona as autorizações de abertura de crédito suplementar ou especial e a indicação dos recursos correspondentes.

2. **BALANÇO FINANCEIRO**, demonstra a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.
3. **DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS**, evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.
4. **BALANÇO PATRIMONIAL**, é o demonstrativo que evidencia, à data do seu encerramento, as contas representativas de bens, direitos, obrigações e o saldo patrimonial positivo ou negativo da instituição pública, conforme abaixo:
  - a. **Ativo Financeiro**, compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.
  - b. **Ativo Permanente**, compreende os bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação se faz somente com autorização explícita do Legislativo.
  - c. **Passivo Financeiro**, compreende os compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária.
  - d. **Passivo Permanente**, compreende as dívidas fundadas e outras que dependam da autorização legislativa para amortização ou resgate.
  - e. **Contas de Compensação**, registra os bens, valores, obrigações e situações não abrangidas nos parágrafos anteriores e que possam vir a afetar o patrimônio.  
São valores que, embora não se integram ao patrimônio, devem ser demonstrados para refletir as transações contábeis oriunda dos atos administrativos.

Obedecendo as normas vigentes, o Balanço Geral abrange o orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos das Sociedades de Economia Mista, de forma a tornar mais transparente a fixação da despesa e a estimativa de receita do Governo do Estado para o exercício de 1999.

O orçamento para o exercício 1999, que decorreu da Lei n. 1.937, de 29 de dezembro de 1998, estimou a receita e fixou a despesa com total do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

(Em R\$)	
FONTES DO TESOURO	1.282.288.200,00
OUTRAS FONTES	544.601.300,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.826.889.500,00</b>

(Em R\$)	
FISCAL	1.555.326.500,00
SEGURIDADE SOCIAL	271.563.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.826.889.500,00</b>

As fontes de receita do Orçamento de Investimentos das Sociedades de Economia Mista do Estado, decorrentes de recursos próprios, de convênios, destinados ao aumento do patrimônio líquido e de operações de crédito, são estimados no montante de R\$ 85.519.100,00.

O Projeto da Lei Orçamentária Anual do Estado relativo ao exercício de 1999, nos termos da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, com observância da Lei n. 1.862, de 08 de julho de 1998, foi encaminhada à apreciação da Egrégia Assembléia Legislativa através da MENSAGEM/GOV-MS/n. 046/98 de 30 de setembro de 1998, pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado Dr. Wilson Barbosa Martins.

O orçamento para o exercício financeiro de 1999, estima a receita fixa a despesa do Estado, compreendendo:

**I** - o orçamento fiscal referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, incluídas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público;

**II** - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como as fundações e fundos instituídos ou mantidos pelo Poder Público;

**III** - o orçamento de investimentos das sociedades de economia mista em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

## **CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Com base nas prerrogativas baixadas pela Legislação em vigor, cabe à **DICONT** apresentar o Balanço Geral do Estado, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1999 e respectivo relatório.

O Balanço Geral do Estado que demonstra a posição econômico-financeira do governo num dado momento, são instruídos com quadros técnicos que obedecem em sua elaboração, os preceitos legais em vigor, notadamente as disposições da Lei Federal n. 4320, de 17 de março de 1964 e, de normas posteriores, regulamentadoras da matéria.

Este universo de dados que ressaltam os principais aspectos da gestão econômico-financeira do Estado e seus conseqüentes reflexos de natureza patrimonial, traz como resultado a possibilidade de oferecer subsídios para uma análise mais acentuada do Balanço Geral do Estado, dando assim, suporte às ações decisórias do governo.

Primeiramente, será examinado o Balanço Orçamentário que demonstra o comportamento da receita e despesa, face respectivamente, à sua previsão e fixação, em confronto com a execução, dando a conhecer o resultado orçamentário do exercício em pauta.

Consoante ao que dispõe o artigo 103 da Lei Federal n. 4320, de 17 de março de 1964, segue-se a análise do Balanço Financeiro que demonstra a receita e despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugadas com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Ao final, cabe o exame do Balanço Patrimonial, que demonstra sinteticamente, a composição do patrimônio do Estado. Acompanhando o balanço acima referido e fazendo parte integrante do mesmo, a Demonstração das Variações Patrimoniais, evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indica o resultado patrimonial do exercício.

Integram a presente Prestação de Contas os balanços da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Administração Centralizada, das Entidades Autárquicas, Fundações instituídas e mantidas pelo poder público e Fundos Estaduais, conforme dispõe o parágrafo único do artigo 110, da Lei Federal n. 4320, de 17 de março de 1964 e os balanços da gestão patrimonial das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

## **ORÇAMENTO**

O Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1999, aprovado pela Lei n. 1.937, de 29 de dezembro de 1998, estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 1.826.889.500,00 demonstrados no quadro a seguir:

**DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA SEGUNDO AS CATEGORIAS ECONÔMICAS:**

(RECURSOS DE TODAS AS FONTES)

**FISCAL E SEGURIDADE**

(Em R\$)

<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.409.368.000,00</b>	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.298.242.000,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	724.500.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	499.539.600,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÃO	45.000.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	116.583.500,00
RECEITA PATRIMONIAL	25.983.400,00		
RECEITA AGROPECUÁRIA	50.600,00		
RECEITA INDUSTRIAL	10.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	682.118.900,00
RECEITAS DE SERVIÇOS	96.882.600,00		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	471.519.400,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	45.422.000,00	<b>SUPERÁVIT</b>	<b>111.126.000,00</b>
<b>SOMA</b>	<b>1.409.368.000,00</b>	<b>SOMA</b>	<b>1.409.368.000,00</b>
<b>SUPERÁVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE</b>	<b>111.126.000,00</b>		
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>417.521.500,00</b>	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>528.637.500,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	51.071.400,00	INVESTIMENTOS	474.400.800,00
ALIENAÇÃO DE BENS	199.500,00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	35.115.800,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	1.500.000,00	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	19.120.900,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	357.685.000,00		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	7.065.600,00	<b>SUPERÁVIT</b>	<b>10.000,00</b>
<b>SOMA</b>	<b>528.647.500,00</b>	<b>SOMA</b>	<b>528.647.500,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>1.826.889.500,00</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.826.889.500,00</b>

## DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

(Em R\$)

DESPESAS	VALORES
ORÇAMENTO INICIAL	1.912.408.600,00
<b>*TRANSFERÊNCIA ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA</b>	<b>162.356.300,00</b>
<b>(-) TRANSFERÊNCIA ORÇAMENTO FISCAL E SEGURIDAD PARA INVESTIMENTOS</b>	<b>2.110.550,00</b>
<b>SUBTOTAL</b>	<b>2.072.654.400,00</b>
CRÉDITOS ESPECIAIS	783.710.220,00
<b>*TRANSFERÊNCIAS ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA</b>	<b>139.017.050,00</b>
CRÉDITOS SUPLEMENTARES	722.846.965,34
<b>*TRANSFERÊNCIAS ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA</b>	<b>69.404.854,00</b>
<b>(-) ANULAÇÕES</b>	
(-) CRÉDITOS ESPECIAIS	753.530.020,00
(-) CRÉDITOS SUPLEMENTARES	199.656.233,00
<b>(-) ANULAÇÕES ENTIDADES SUPERVISIONADAS</b>	
(-) CRÉDITOS ESPECIAIS	139.006.850,00
(-) CRÉDITOS SUPLEMENTARES	6.303.176,00
<b>(+) LANÇAMENTO INCORRETO</b>	<b>10.000,00</b>
<b>SUBTOTAL</b>	<b>616.492.810,34</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.689.147.210,34</b>

**OBS:** Transferências Administração Descentralizada - valores constantes do Balanço, referente aos créditos concedidos ou Orçamento Inicial da Administração Descentralizada que refletem em duplicidade de valores na Unidade da Administração Centralizada.

**Lançamento incorreto** - consta no sistema lançamento de R\$ 10.000,00 a maior do que o previsto no Decreto n. 9.669 de 19/10/99.

## DOS CRÉDITOS ADICIONAIS

(Em R\$)

AUTORIZAÇÕES LEGISLATIVA CRÉDITOS ESPECIAIS	VALORES
LEI n. 1.940	749.831.500,00
LEI n. 1.975	3.698.320,00
LEI n. 1.977	180.000,00
LEI n. 1.980	30.000.400,00
<b>TOTAL</b>	<b>783.710.220,00</b>

(Em R\$)

AUTORIZAÇÕES LEGISLATIVA CRÉDITOS SUPLEMENTARES Lei n. 1937	VALORES
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS ( INCISO II DO ART.10)	95.136.100,00
PRECATÓRIOS JUDICIAIS ( INCISO I DO ART.10)	11.860.000,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS ( INCISO I DO ART. 10)	280.145.048,00
EXCESSO DE ARRECADAÇÃO ( INCISO IV DO ART. 10)	166.899.066,00
OUTROS CRÉDITOS( ART.. 10- ANULAÇÃO E SUPERÁVIT )	155.605.251,34
OPERAÇÕES DE CRÉDITO ( INCISO III DO ART.. 10)	13.201.500,00

(Em R\$)

COMPARATIVO DA MARGEM	VALORES
<b>ORÇAMENTO APROVADO</b>	<b>1.912.408.600,00</b>
<b>MARGEM AUTORIZADA (25% ) ART. 10 DA LEI n. 1.937</b>	<b>155.605.251,34</b>
CONCESSÃO DE CRÉDITO POR ANULAÇÃO	199.656.233,00
CONCESSÃO DE CRÉDITOS POR SUPERÁVIT	2.013.611,34
<b>TOTAL DE CRÉDITOS CONFORME ART. 10 DA LEI n. 1.937</b>	<b>567.241.714,00</b>

## RECEITA ORÇAMENTARIA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA

A receita realizada da Administração Direta atingiu um valor de R\$ 1.376.373.670,44, para uma previsão de R\$ 1.282.288.200,00, havendo portanto, uma variação de R\$ 94.085.470,44, correspondente a 7,34%.

## RECEITAS CORRENTES

Em termos comparativos de realização, as receitas correntes arrecadadas foram 13,02% maior que a prevista, estimada em R\$1.164.177.300,00

As receitas correntes arrecadadas no exercício somaram o valor de R\$ 1.315.779.838,81, representando 95,60% do total geral da arrecadação da Administração Centralizada, conforme o quadro a seguir:

(Em R\$)

RECEITAS	PREVISTAS	ARRECADADAS	VARIACÃO		PERCENTUAL	
			ABSOLUTOS	RELATIVOS	GERAL	CATEGORIA
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>1.164.177.300,00</b>	<b>1.315.779.838,81</b>	<b>151.602.538,81</b>	<b>13,02</b>	<b>95,60</b>	<b>100,00</b>
TRIBUTÁRIA	724.500.000,00	927.078.984,77	202.578.984,77	27,96	67,36	70,46
PATRIMONIAL	9.000.000,00	843.118,52	(8.156.881,48)	(90,63)	0,06	0,06
TRANSFERÊNCIAS	398.997.300,00	357.842.742,41	(41.154.557,59)	(10,31)	26,00	27,20
OUTRAS RECEITAS	31.680.000,00	30.014.993,11	(1.665.006,89)	(5,26)	2,18	2,28



---

**RECEITA TRIBUTÁRIA**

A receita tributária se apresenta como a principal fonte de recursos do Estado, tendo atingido a cifra de R\$ 927.078.984,77 no exercício de 1999, participando com 67,36% da receita total e com 70,46% sobre o seu grupo de receitas correntes.

O índice mais relevante da receita tributária foi o ICMS - Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, com uma significativa arrecadação, num montante de R\$ 875.385.827,45 atingindo 63,60% da receita total e 94,42% da receita tributária.

**RECEITA PATRIMONIAL**

A receita patrimonial, arrecadada em 1999 pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul, representou 0,06% na arrecadação geral, totalizando o valor de R\$ 843.118,52. O valor previsto foi da ordem de R\$ 9.000.000,00 e a rubrica que contribuiu para o montante acima, refere-se as Outras Receitas Patrimoniais.

**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**

As transferências correntes, categoria que representa as contribuições federais e as participações na receita da União, por força de dispositivo constitucional, trouxeram para os cofres públicos do Estado o montante de R\$ 357.842.742,41, o que ficou abaixo R\$ 41.154.557,59 de uma previsão de arrecadação da ordem de R\$ 398.997.300,00 representando um decréscimo do arrecadado em relação ao previsto na ordem de 10,31%.

Assim sendo, esta receita teve na Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados - FPE, a maior contribuição na arrecadação, contribuindo com R\$ 161.141.800,67

A receita da Lei Complementar 87/96 foi na ordem de R\$ 23.429.751,86 significando 2,68% em relação ao ICMS arrecadado.

**OUTRAS RECEITAS CORRENTES**

No decorrer do exercício de 1999, este subgrupo de receita alcançou o valor de R\$ 30.014.993,11, correspondendo a 2,28% na categoria econômica e 2,18% na arrecadação geral da Administração Centralizada do Estado. Ocorreu um decréscimo na arrecadação de 5,26% em relação a prevista.

**RECEITAS DE CAPITAL**

Estas receitas somadas atingiram a cifra de R\$ 60.593.831,63, representando 4,40% do total da receita arrecadada da Administração Centralizada do Estado, conforme o quadro a seguir:

(Em R\$)

RECEITAS	PREVISTAS	ARRECADADA:	VARIÇÃO		PERCENTUAL	
			ABSOLUTOS	RELATIVOS	GERAL	CATEGORIA
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>118.110.900,00</b>	<b>60.593.831,63</b>	<b>(57.517.068,37)</b>	<b>(48,70)</b>	<b>4,40</b>	<b>100,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	44.871.400,00	19.940.154,04	(24.931.245,96)	(55,56)	1,45	32,91
ALIENAÇÃO DE BENS		31.160.548,70	31.160.548,70	0,0	2,26	51,42
TRANSFERÊNCIAS	73.239.500,00	9.493.128,89	(63.746.371,11)	(87,04)	0,69	15,67

### OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Os ingressos referentes às operações de crédito foram na ordem de R\$ 19.940.154,04, para uma previsão de R\$ 44.871.400,00 sendo:

(Em R\$)

OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNA	<b>13.546.204,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNA	<b>6.393.950,04</b>

### TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL

As transferências de capital que representam as participações, contribuições, convênios e auxílios, trouxeram para o Tesouro do Estado, o valor de R\$ 9.493.128,89. Assim sendo, a arrecadação ficou R\$ (63.746.371,11) abaixo do valor inicialmente previsto, representando (87,04%) do orçado.

### DA DESPESA ORÇAMENTARIA

A despesa orçamentária foi realizada dentro das reais possibilidades de desembolso e no limite dos créditos orçamentários e adicionais autorizados pela Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul.

Conforme autorização final, a despesa orçamentária alcançou o montante de R\$ 1.748.649.546,00, espelhando o somatório dos créditos orçamentários que foram abertos pela Lei n. 1.937 de 29 de dezembro de 1998 e por diversos Decretos.

A despesa realizada no exercício atingiu a cifra de R\$ 1.369.141.384,24, tendo como resultado uma aplicação de 78,30% da despesa fixada em 1999, restando uma diferença a menor da ordem de R\$ 379.508.161,76, que deixou de ser utilizado representando 21,70% de economia orçamentária, conforme demonstra o quadro a seguir:

(Em R\$)

DESPESAS	VALOR	PARTICIPAÇÃO %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>1.272.112.441,02</b>	<b>92,91</b>
DESPESAS DE CUSTEIO	574.483.260,66	41,96
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	697.629.180,36	50,95
ENTIDADES SUPERVISIONADAS	223.778.420,68	16,34
INATIVOS – MT	6.202.845,10	0,45
MUNICÍPIOS	247.333.444,40	18,06
ENCARGOS DA DÍVIDA	68.734.171,97	5,02
À PESSOAS	132.131.150,71	9,65
OUTRAS	19.449.147,50	1,42
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>97.028.943,22</b>	<b>7,09</b>
INVESTIMENTOS	19.711.716,19	1,44
INVERSÕES FINANCEIRAS	298.350,00	0,02
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	77.018.877,03	5,63
ENTIDADES SUPERVISIONADAS	16.234.230,42	1,19
MUNICÍPIOS	136.000,00	0,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	60.601.646,61	4,43
OUTRAS	47.000,00	0,00
<b>T O T A L</b>	<b>1.369.141.384,24</b>	<b>100,00</b>

Desse total, a despesa efetivamente realizada pela Administração Centralizada perfaz um montante de R\$ 1.129.128.733,14, considerando que R\$ 240.012.651,10 foi realizada pela Administração Descentralizada a título de Transferências do Tesouro Estadual, atingindo 17,53% do total da despesa.

### DESPESAS CORRENTES

As despesas correntes deste exercício totalizaram o montante de R\$ 1.272.112.441,02, de um total realizado de R\$ 1.369.141.384,24, participando porcentualmente em relação ao somatório final, com 92,91%.

**DESPESAS DE CUSTEIO**

As despesas de custeio são subdivididas em pessoal e reflexos, material de consumo, serviços de terceiros e encargos e outras despesas de custeio. No exercício, somaram a importância de R\$ 574.483.260,66, correspondendo a 41,96% da despesa total realizada, conforme pode ser visto no quadro a seguir:

(Em R\$)

DESPESAS	VALOR	PARTICIPAÇÃO %
<b>DESPESAS DE CUSTEIO</b>	<b>574.483.260,66</b>	<b>100,00</b>
PESSOAL	464.513.151,46	80,86
MATERIAL DE CONSUMO	4.175.687,85	0,73
SERVIÇOS DE TERCEIROS	83.424.843,07	14,52
DIVERSAS DESPESAS DE CUSTEIO	22.369.578,28	3,89

**DESPESAS COM PESSOAL**

O comprometimento da despesa com pessoal em relação a Receita Líquida do Estado no exercício de 1999, conforme determina a Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999, foi de 64,22%, sendo 48,69% do Poder Executivo e 15,53% dos Outros Poderes.

(Em R\$)

<b>DESPESAS COM PESSOAL - QUADRO I</b>	
<b>ADMINISTRAÇÃO CENTRALIZADA - FONTES DO TESOURO</b>	
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>VALORES</b>
RECEITA TRIBUTARIA	927.078.984,77
RECEITA PATRIMONIAL	843.118,52
TRANSFERENCIAS CORRENTES	357.842.742,41
OUTRAS RECEITAS	30.014.993,11
(-) TRANSFERENCIAS PARA MUNICIPIOS	243.025.712,00
(-) TRANSFERENCIAS PARA FUNDEF	125.996.024,50
(-) OUTRAS RECEITAS *	7.906.087,56
<b>(=) RECEITA LIQUIDA</b>	<b>938.852.014,75</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA - OUTRAS FONTES</b>	
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	54.500.788,24
RECEITA PATRIMONIAL	4.906.762,13
RECEITA AGROPECUARIA	106.265,97
RECEITA INDUSTRIAL	375.570,00
RECEITA DE SERVICOS	58.451.755,11
TRANSFERENCIAS CORRENTES	12.818.148,58
OUTRAS RECEITAS	28.980.915,00
<b>(=) RECEITA LIQUIDA</b>	<b>160.140.205,03</b>
<b>TOTAL DA RECEITA LIQUIDA DO ESTADO</b>	<b>1.098.992.219,78</b>

\* Regularização Contábil.

As despesas com pessoal correspondeu ao montante de R\$ 705.756.212,51, sendo 75,81% do Poder Executivo e 24,19% dos outros poderes, ficando assim distribuídos, de acordo com o quadro abaixo:

( Em R\$)

DESPESAS DE PESSOAL E REFLEXOS	PODER EXECUTIVO	OUTROS PODERES	TOTAL
PESSOAL CIVIL	280.888.199,69	129.895.162,37	410.783.362,06
PESSOAL MILITAR	59.512.240,14		59.512.240,14
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	20.031.275,63	5.640.752,77	25.672.028,40
RESSARCIMENTO PESSOAL CEDIDO	28.505,78		28.505,78
SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	34.302,83		34.302,83
TRANSFERÊNCIAS INATIVOS – MT	6.202.845,10		6.202.845,10
INATIVOS	95.590.134,68	30.525.972,67	126.116.107,35
PENSIONISTAS	18.658.941,47	4.363.124,30	23.022.065,77
SALÁRIO FAMÍLIA	561.660,40	263.703,47	825.363,87
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	19.304.389,10		19.304.389,10
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>500.812.494,82</b>	<b>170.688.715,58</b>	<b>671.501.210,40</b>
<b>SUBVENÇÕES ECONÔMICAS</b>			
ERTEL	3.084.427,96		3.084.427,96
HRMS	4.035.626,41		4.035.626,41
PRODASUL	6.032.700,95		6.032.700,95
AGROSUL	3.980.020,67		3.980.020,67
EMPAER	13.809.966,99		13.809.966,99
CODEMS	733.851,31		733.851,31
LOTESUL	254.062,82		254.062,82
CDHU	2.324.345,00		2.324.345,00
<b>SUB-TOTAL</b>	<b>34.255.002,11</b>		<b>34.255.002,11</b>
<b>T O T A L</b>	<b>535.067.496,93</b>	<b>170.688.715,58</b>	<b>705.756.212,51</b>

O quadro abaixo, demonstra o comprometimento real dos recursos disponíveis para gasto com pessoal, correspondente a 65,69% da despesa em relação a receita líquida, sendo 49,80% do Poder Executivo e 15,89% dos Outros Poderes.

## DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - FONTE 00, 01, 19 e 40 - QUADRO II

ADMINISTRACAO CENTRALIZADA	VALORES
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	
RECEITA TRIBUTARIA	927.078.984,77
RECEITA PATRIMONIAL	843.118,52
TRANSFERENCIAS CORRENTES	357.842.742,41
OUTRAS RECEITAS	30.014.993,11
(-) TRANSFERENCIAS PARA MUNICIPIOS	243.025.712,00
(-) TRANSFERENCIAS PARA FUNDEF	125.996.024,50
(-) OUTRAS RECEITAS*	7.906.087,56
(-)CONTRIB SALARIO EDUCACAO	4.303.947,41
(-)CONVENIOS E OUTRAS TRANSF FEDERAIS	8.761.193,35
<b>(=) RECEITA LIQUIDA</b>	<b>925.786.873,99</b>
<b>ADMINISTRACAO DESCENTRALIZADA - FONTE 40</b>	
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	54.500.788,24
RECEITA PATRIMONIAL	4.906.762,13
RECEITA AGROPECUARIA	106.265,97
RECEITA INDUSTRIAL	375.570,00
RECEITA DE SERVICOS	58.451.755,11
TRANSFERENCIAS CORRENTES	68.586.161,86
OUTRAS RECEITAS	28.980.915,00
(-) CONVENIOS DIVERSOS	11.557.262,79
(-) RECURSOS ORDINARIOS DO TESOURO	55.768.013,28
<b>(=) RECEITA LIQUIDA</b>	<b>148.582.942,24</b>
<b>TOTAL DA RECEITA LIQUIDA DO ESTADO</b>	<b>1.074.369.816,23</b>

\* Regularização Contábil.

---

**TRANSFERÊNCIAS CORRENTES**

As transferências correntes realizadas à conta dos recursos arrecadados pelo Tesouro do Estado, atingiram a cifra de R\$ 697.629.180,36, contribuindo com uma participação em relação ao total realizado da ordem de 50,95%, para custear despesas com transferências constitucionais e não constitucionais aos municípios, outras despesas correntes e encargos da dívida pública.

**TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS**

Esta categoria de despesa atingiu o montante de R\$ 223.778.420,68, ou seja, participou com 16,34% em relação a despesa total.

Integram esta parcela, os valores transferidos às Entidades da Administração Indireta, as Contribuições a Fundos e Empresas Públicas, para custear despesas com pessoal e encargos, outras despesas correntes e encargos da dívida pública e, para custear despesas com transferências constitucionais e não constitucionais aos municípios.

Do montante transferido destinaram-se:

- a) à cobertura de despesas correntes, com transferências às entidades autárquicas, fundacionais e empresas públicas: R\$ 87.907.834,86, ou 6,42% em relação ao somatório total.
- b) à cobertura de despesas correntes, com transferências a fundos estaduais: R\$ 135.870.585,82, ou seja, 9,92%.

**TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS**

Foram transferidos aos municípios do Estado, o valor de R\$ 243.025.712,00 correspondente a 17,75% da despesa total, decorrentes da arrecadação de tributos e outras operações.

A cobertura de despesas correntes, com transferências constitucionais e não constitucionais aos municípios foi da ordem de 18,06% em relação ao total da despesa realizada, ou seja, R\$ 247.333.444,40.

**ENCARGOS DA DÍVIDA INTERNA E EXTERNA**

Os encargos da dívida interna e externa totalizaram R\$ 68.734.171,97, representando 5,02% do total da despesa realizada, dos quais R\$ 65.671.963,32 (4,80%) correspondem a encargos da dívida interna e R\$ 3.062.208,65 (0,22%) correspondem a encargos da dívida externa.

**DESPESAS DE CAPITAL**

As despesas de capital que compreendem os investimentos, as inversões financeiras e as transferências de capital somaram um total de R\$ 97.028.943,22, valor correspondente a 7,09% da despesa total realizada.

**DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO**

Sob o enfoque da função de governo das despesas efetuadas à conta da execução orçamentária e com base em sua participação em números absolutos e relativos e a distribuição da despesa realizada nos setores econômicos e sociais do governo, estão sendo apontadas no quadro a seguir:

(Em R\$)		
FUNÇÃO	VALOR	PARTICIPAÇÃO %
<b>TOTAL REALIZADO</b>	<b>1.369.141.384,24</b>	<b>100,00</b>
LEGISLATIVA	87.131.177,30	6,36
JUDICIÁRIA	125.033.611,70	9,13
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	234.094.686,22	17,10
AGRICULTURA	26.292.157,86	1,92
COMUNICAÇÕES	3.443.241,05	0,25
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	104.936.456,03	7,66
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	248.580.214,67	18,16
EDUCAÇÃO E CULTURA	328.146.061,14	23,97
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	298.350,00	0,02
HABITAÇÃO E URBANISMO	15.059,18	0,00
INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS	11.536.762,55	0,84
SAÚDE E SANEAMENTO	15.892.735,48	1,16
TRABALHO	6.450.004,03	0,47
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	157.837.123,92	11,53
TRANSPORTE	19.453.743,11	1,42

**DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

Este balanço evidencia a previsão da receita e a fixação da despesa, em contrapartida com a arrecadação e a realização, respectivamente, verificada no exercício apurando-se o resultado da execução orçamentária.

Da análise do balanço orçamentário do exercício de 1999, constatou-se que a execução orçamentária apresentou um superávit de R\$ 7.232.286,20, cuja origem demonstraremos a seguir:

<b>RECEITA</b>		(Em R\$)
PREVISTA		1.282.288.200,00
ARRECADADA		1.376.373.670,44
<b>EXCESSO DE ARRECAÇÃO</b>		<b>94.085.470,44</b>

<b>DESPESA</b>		(Em R\$)
AUTORIZADA FINAL		1.748.649.546,00
REALIZADA		1.369.141.384,24
<b>ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA</b>		<b>379.508.161,76</b>

**RESUMO**

(Em R\$)

RECEITA ARRECADADA	1.376.373.670,44
DESPESA REALIZADA	1.369.141.384,24
<b>SUPERAVIT ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>7.232.286,20</b>

O balanço orçamentário e o demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas, refletem a síntese descrita.

## DAS ENTIDADES DE ADMINISTRAÇÃO DESCENTRALIZADA

### O ORÇAMENTO

O Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1999 promulgado pela Lei n. 1.937 de 29 de dezembro de 1998, contemplou as entidades autárquicas e fundacionais, os fundos estaduais, as empresas públicas e sociedade de economia mista com o total de R\$ 790.366.200,00, assim distribuídos:

(Em R\$)	
UNIDADES	VALORES
<b>TOTAL CONTEMPLADO</b>	<b>790.366.200,00</b>
FUNTC - Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas	150.000,00
FUNJECC - Fundo Especial para Instalação, Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais	3.050.000,00
FPGE - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado	1.734.000,00
FEADMP/MS - Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público	250.000,00
DIOSUL - Departamento de Imprensa Oficial de MS	5.894.200,00
PREVISUL - Instituto de Previdência Social de MS	46.858.100,00
UEMS - Fundação Universidade Estadual de MS	11.329.600,00
ERTEL - Empresa de Rádio e Televisão Educativa de MS	8.020.200,00
FES - Fundo Especial de Saúde de MS	84.816.100,00
HRMS - Hospital Regional de MS	30.212.500,00
FUNRESP - Fundo Especial de Reequipamento da SSP de MS	7.605.400,00
DETRAN - Departamento Estadual de Trânsito	35.265.000,00
FEINAD - Fundo Estadual para Infância e Adolescência	88.500,00
FEAS - Fundo Estadual de Assistência Social	22.800,00
PROMOSUL - Fundação de Promoção Social de MS	10.649.700,00
FUNFAZ - Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades Fazendárias	14.757.200,00
FAAF - Fundo Especial de Apoio ao Programa de Ajuste Fiscal	15.300.200,00
LOTESUL - Loteria Estadual de MS	1.010.200,00
PRODASUL - Empresa de Processamento de Dados de MS	14.240.600,00
FEPREN - Fundo Estadual de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes	41.500,00
FEDDC - Fundo Estadual de Defesa dos Direitos do Consumidor	100.300,00
DSP - Departamento do Sistema Penitenciário de MS	18.846.100,00
FUNTERRA - Fundo de Terras do MS	5.500,00
FDI - Fundo de Desenvolvimento Industrial do Estado	759.800,00
FUNLES - Fundo de Defesa e Reparação de Interesses Difusos e Lesados	3.300.000,00
IAGRO - Departamento de Inspeção e Defesa Agropecuária de MS	15.711.900,00
AGROSUL - Empresa de Serviços Agropecuários de MS	5.681.600,00
EMPAER - Empresa de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de MS	23.918.300,00
TERRASUL - Departamento de Terras e Colonização de MS	9.857.000,00
JUCEMS - Junta Comercial de MS	2.544.100,00
CODEMS - Companhia de Desenvolvimento Econômico de MS	2.468.100,00
PANTANAL - Fundação Estadual de Meio Ambiente	14.813.800,00
FUNDECT - Fundação de Apoio e de Desenvolvimento de Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de MS	4.610.000,00
FHDU - Fundo de Habitação e Desenvolvimento Urbano	11.526.500,00
DERSUL - Departamento de Estradas de Rodagem de MS	260.588.300,00
DOP - Departamento de Obras Públicas de MS	11.172.600,00
CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de MS	23.732.000,00
FCMS - Fundação de Cultura de MS	1.523.200,00
FUNDESPORTE - Fundação de Desporto e Lazer de MS	2.392.200,00
SANESUL - Empresa de Saneamento de MS S/A	65.078.600,00
MSGAS - Companhia de Gás do Estado de MS	20.440.500,00



A receita prevista para a Administração Descentralizada no ano de 1999, apresentou o seguinte detalhamento:

(Em R\$)

1. RECEITAS	VALORES
<b>1.1.1 RECEITAS CORRENTES</b>	<b>315.398.300,00</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	45.000.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	16.983.400,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	50.600,00
RECEITA INDUSTRIAL	10.000,00
RECEITA DE SERVIÇOS	96.882.600,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	142.729.700,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	13.742.000,00
<b>1.1.2 RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>389.448.800,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	6.200.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	199.500,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	1.500.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	372.930.700,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	8.618.600,00
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>85.519.100,00</b>
RECURSOS PRÓPRIOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	11.179.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	41.262.000,00
RECURSOS ORDINÁRIOS DO TESOURO	2.110.500,00
CONVÊNIOS DIVERSOS	30.967.600,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>790.366.200,00</b>

Face ao que dispõe a Lei Federal n. 4320 de 17 de março de 1964, ficarão à margem de nosso comentário, as Sociedades de Economia Mista e as Empresas Públicas que são administradas pela Lei Federal n. 6.404 de 15 de dezembro de 1976.

## DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA

A receita realizada, a nível de consolidação, no que tange às Autarquias, Fundações e Fundos Estaduais atingiu o montante de R\$ 259.015.437,81, para uma previsão inicial de R\$ 704.847.100,00, havendo portanto, uma variação negativa final de R\$ 445.831.662,19, ocasionando uma diferença não arrecadada de 63,25%.

## DAS RECEITAS CORRENTES

As receitas correntes arrecadadas no exercício, atingiram um montante de R\$ 200.886.556,31, representando 77,56% do total geral da arrecadação da Administração Descentralizada e, face à previsão da receita, um déficit de R\$ 114.511.743,69 em números absolutos e (36,31%) em valores relativos, conforme retrata o quadro a seguir:

(Em R\$)

RECEITAS	PREVISTAS	ARRECADADA:	VARIÇÃO		PERCENTUAL	
			ABSOLUTOS	RELATIVOS	GERAL	CATEGORIA
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>315.398.300,00</b>	<b>200.886.556,31</b>	<b>(114.511.743,69)</b>	<b>(36,31)</b>	<b>77,56</b>	<b>100,00</b>
CONTRIBUIÇÕES	45.000.000,00	54.500.788,24	9.500.788,24	21,11	21,04	27,13
PATRIMONIAL	16.983.400,00	2.464.898,13	(14.518.501,87)	(85,49)	0,95	1,23
AGROPECUÁRIA	50.600,00	106.265,97	55.665,97	110,01	0,04	0,05
INDUSTRIAL	10.000,00		(10.000,00)	(100,00)	0,00	0,00
SERVIÇOS	96.882.600,00	53.170.043,11	(43.712.556,89)	(45,12)	20,53	26,47
TRANSF. CORRENTES	142.729.700,00	68.586.161,86	(74.143.538,14)	(51,95)	26,48	34,14
OUTRAS R. CORRENTES	13.742.000,00	22.058.399,00	8.316.399,00	60,52	8,52	10,98

## RECEITAS DE CAPITAL

As receitas de capital nesta subcategoria econômica alcançaram o valor de R\$ 58.128.881,50, uma variação negativa em termos absolutos, quanto a sua previsão e posteriores alterações, de R\$ 331.319.918,50 e em termos relativos (85,07%), conforme demonstra o quadro a seguir:

RECEITAS	PREVISTAS	ARRECADADA:	VARIÇÃO		PERCENTUAL	
			ABSOLUTOS	RELATIVO:	GERAL	CATEGORIA
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>389.448.800,00</b>	<b>58.128.881,50</b>	<b>(331.319.918,50)</b>	<b>(85,07)</b>	<b>22,44</b>	<b>100,00</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	6.200.000,00		(6.200.000,00)	(100,00)	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	199.500,00	34.875,26	(164.624,74)	(82,52)	0,01	0,06
AMORT. DE EMPRÉSTIMOS	1.500.000,00	1.356.073,83	(143.926,17)	(9,60)	0,52	2,33
TRANSFER. DE CAPITAL	372.930.700,00	51.589.057,45	(321.341.642,55)	(86,17)	19,92	88,75
OUTRAS REC. DE CAPITAL	8.618.600,00	5.148.874,96	(3.469.725,04)	(40,26)	1,99	8,86

RECEITAS	PREVISTAS	ARRECADADA:	VARIÇÃO		PERCENTUAL	
			ABSOLUTOS	RELATIVOS	GERAL	CATEGORIA
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>85.519.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>(85.519.100,00)</b>	<b>(100,00)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
REC. DIRET. ARRECADOS	11.179.000,00	0,00	(11.179.000,00)	(100,00)	0,00	0,00
CONVÊNIO DIVERSOS	30.967.600,00	0,00	(30.967.600,00)	(100,00)	0,00	0,00
RECURSOS DO TESOUREIRO	2.110.500,00	0,00	(2.110.500,00)	(100,00)	0,00	0,00
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	41.262.000,00	0,00	(41.262.000,00)	(100,00)	0,00	0,00

## DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

A realização da despesa orçamentária no limite dos créditos orçamentários e posteriores alterações, atingiu a cifra R\$ 241.959.648,76, assim distribuídos:

(Em R\$)

DESPESAS	VALOR	PARTICIPAÇÃO %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>172.027.101,72</b>	<b>71,10</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>69.932.547,04</b>	<b>28,90</b>
<b>TOTAL</b>	<b>241.959.648,76</b>	<b>100,00</b>

Para melhor análise, evidenciaremos o comportamento da despesa face à sua execução no quadro abaixo:

(Em R\$)

DESPESAS	VALOR	PARTICIPAÇÃO %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>172.027.101,72</b>	<b>71,10</b>
DESPESAS DE CUSTEIO	112.921.884,58	46,70
TRANSFERENCIAS CORRENTES	59.105.217,14	24,40
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>69.932.547,04</b>	<b>28,90</b>
INVESTIMENTOS	64.606.973,56	26,70
INVERSÕES FINANCEIRAS	17.364,95	0,01
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.308.208,53	2,19
<b>TOTAL</b>	<b>241.959.648,76</b>	<b>100,00</b>

## DESPESAS POR FUNÇÃO DE GOVERNO

A despesa por função de governo atingiu o valor de R\$ 241.959.648,76, sendo que a função “Assistência e Previdência” se destacou em volume de gasto, num montante de R\$ 70.497.668,26, representando 29,14% do total da despesa realizada, conforme evidencia o quadro a seguir:

(Em R\$)

FUNÇÃO	VALOR	PARTICIPAÇÃO %
<b>TOTAL REALIZADO</b>	<b>241.959.648,76</b>	<b>100,00</b>
LEGISLATIVA	113.553,19	0,05
JUDICIÁRIA	21.640.934,96	8,94
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	14.131.712,80	5,84
AGRICULTURA	15.296.371,62	6,32
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00
DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	38.368.399,13	15,86
DESENVOLVIMENTO REGIONAL	0,00	0,00
EDUCAÇÃO E CULTURA	11.365.220,56	4,70
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS	0,00	0,00
HABITAÇÃO E URBANISMO	0,00	0,00
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.494.239,42	0,62
SAÚDE E SANEAMENTO	15.281.211,65	6,32
TRABALHO	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA	70.497.668,26	29,14
TRANSPORTE	53.770.337,17	22,22

**DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**

O Balanço Orçamentário das Autarquias, Fundações e Fundos Estaduais demonstra em igualdade de condições, tal qual a Administração Centralizada, a operacionalização entre a previsão da receita e a fixação da despesa e a sua execução orçamentária.

Analisando este balanço, verificou-se que o mesmo apresentou um superávit no montante de R\$ 17.055.789,05, originário da seguinte demonstração:

**RECEITA**

(Em R\$)

PREVISTA	704.847.100,00
ARRECADADA	259.015.437,81
<b>DIFERENÇA NÃO ARRECADADA</b>	<b>445.831.662,19</b>

**DESPESA**

(Em R\$)

AUTORIZADA	854.978.564,34
REALIZADA	241.959.648,76
<b>ECONOMIA ORÇAMENTÁRIA</b>	<b>613.018.915,58</b>

**RESUMO**

(Em R\$)

RECEITA ARRECADADA	259.015.437,81
DESPESA REALIZADA	241.959.648,76
<b>SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>17.055.789,05</b>

**DO BALANÇO FINANCEIRO**

O Balanço Financeiro demonstra o fluxo de ingressos e saídas de numerários, decorrentes da gestão orçamentária da receita e da despesa, da inscrição dos resíduos passivos, da gestão extra-orçamentária, conjugados com os saldos provenientes do exercício de 1998 e os que se transferem ao exercício de 2000.

A síntese do movimento financeiro, do exercício de 1999, está demonstrado a seguir:

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

(Em R\$)

<b>a) Receita</b>	
Disponibilidades provenientes do exercício anterior	51.465.330,77
Ingressos resultantes da execução orçamentária	1.376.373.670,44
Ingressos independentes da execução orçamentária	4.558.446.654,51
<b>TOTAL</b>	<b>5.986.285.655,72</b>

<b>b) Despesa</b>	
Dispêndios resultantes da execução orçamentária	1.369.141.384,24
Saídas independentes da execução orçamentária	4.585.452.732,22
Disponibilidades transferidas para o exercício Seguinte	31.691.539,26
<b>TOTAL</b>	<b>5.986.285.655,72</b>

## ENTIDADES AUTÁRQUICAS, FUNDAÇÕES E FUNDOS ESTADUAIS

(Em R\$)

<b>a) Receita</b>	
Disponibilidades provenientes do exercício anterior	17.473.099,95
Ingressos resultantes da execução orçamentária	259.015.437,81
Ingressos independentes da execução orçamentária	825.785.399,05
<b>TOTAL</b>	<b>1.102.273.936,81</b>

<b>b) Despesa</b>	
Dispêndios resultantes da execução orçamentária	241.959.648,76
Saídas independentes da execução orçamentária	834.932.843,90
Disponibilidades transferidas para o exercício Seguinte	25.381.444,15
<b>TOTAL</b>	<b>1.102.273.936,81</b>

## DO BALANÇO ECONÔMICO

A Demonstração das Variações Patrimoniais pode ser considerada como o Balanço Econômico do Estado, constituído dos grupos de contas de variações ativas e passivas, refletindo a dinâmica da gestão do exercício e espelhando as alterações ocorridas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, tendo por finalidade apontar o resultado patrimonial do exercício.

O Balanço Econômico reflete a posição dos órgãos da Administração Direta, das Entidades Autárquicas, Fundações e Fundos Estaduais, instituídas e mantidas pelo poder público, frente ao resultado econômico-financeiro do Estado, no que se relaciona à sua operacionalização.

Para se ter uma visão global do seu comportamento, demonstraremos sinteticamente, em valores absolutos e relativos, os fatores positivos e negativos que deram causa ao déficit econômico do Estado, num montante de R\$ 697.961.084,48, conforme quadro a seguir:

(Em R\$)

VARIACIONES	ORÇAMENTO		TOTAL
	RESULTANTE	INDEPENDENTE	
<b>ATIVAS</b>			
DIRETA	1.442.770.783,15	2.802.714.184,79	4.245.484.967,94
	28,79%	55,94%	84,73%
INDIRETA	286.443.030,52	478.792.388,33	765.235.418,85
	5,72%	9,55%	15,27%
<b>SOMA</b>	1.729.213.813,67	3.281.506.573,12	5.010.720.386,79
	<b>34,51%</b>	<b>65,49%</b>	<b>100,00%</b>

(Em R\$)

<b>PASSIVAS</b>			
DIRETA	1.424.575.381,24 24,95%	3.551.387.822,46 62,21%	4.975.963.203,70 87,16%
INDIRETA	243.998.727,80 4,28%	488.719.539,77 8,56%	732.718.267,57 12,84%
<b>SOMA</b>	<b>1.668.574.109,04</b> <b>29,23%</b>	<b>4.040.107.362,23</b> <b>70,77%</b>	<b>5.708.681.471,27</b> <b>100,00%</b>

<b>RESULTADO</b>			
DIRETA	18.195.401,91 (2,61)%	(748.673.637,67) 107,27%	(730.478.235,76) 104,66%
INDIRETA	42.444.302,72 (6,08)%	(9.927.151,44) 1,42%	32.517.151,28 (4,66)%
<b>SOMA</b>	<b>60.639.704,63</b> <b>(8,69)%</b>	<b>(758.600.789,11)</b> <b>108,69%</b>	<b>(697.961.084,48)</b> <b>100,00%</b>

As variações ativas que contribuíram para o aumento do patrimônio, alcançaram R\$ 5.010.720.386,79, dos quais R\$ 4.245.484.967,94 ou 84,73%, ocorreram na Administração Direta e, R\$ 765.235.418,85, equivalente a 15,27%, nas Entidades Autárquicas, Fundações e Fundos Estaduais.

As variações passivas que representaram um decréscimo no patrimônio, somaram em R\$ 5.708.681.471,27 dos quais R\$ 4.975.963.203,70 ou 87,16%, registraram-se na Administração Direta e R\$ 732.718.267,57, com 12,84%, nas Entidades Autárquicas, Fundações e Fundos Estaduais.

As baixas apresentadas na Demonstração das Variações Patrimoniais, sob o título Alienações de Bens Móveis, são efetuadas pelo valor histórico do bem e a receita de alienação, pelo valor efetivamente arrecadado por ocasião do leilão.

Do déficit total de R\$ 697.961.084,48, supra mencionado, R\$ 730.478.235,76 foram originários da Administração Direta e representaram 104,66% do seu total e R\$ 32.517.151,28 tiveram causa nas Entidades Autárquicas, Fundações e Fundos Estaduais, representando (4,66)% do seu total.

## **DO BALANÇO PATRIMONIAL**

O Balanço Patrimonial sintetiza os valores disponíveis, realizáveis, investimentos e imobilizados na parte concernente ao ativo, e, a dívida fluante e fundada no que se relaciona ao passivo, demonstrando assim a posição do Estado na data do encerramento do exercício, evidenciando os saldos patrimoniais e as contas de compensação.

Os direitos relativos à dívida ativa do Estado foram informados até 31/12/99 e avaliados pelo valor de recebimento, corrigidos pela UFIR do mês de dezembro/99, conforme o quadro a seguir:

**ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

(Em R\$)

<b>TRIBUTÁRIA</b>	
<u>Situação</u>	<u>Valor ( R\$ )</u>
Pendentes	336.901.404,81
Parceladas	17.088.704,51
Suspensas	34.414.396,98
<b>S O M A</b>	<b>388.404.506,30</b>

(Em R\$)

<b>NÃO TRIBUTÁRIA</b>	
<u>Situação</u>	<u>Valor ( R\$ )</u>
Pendentes	2.737.643,37
Parceladas	135.165,93
Suspensas	59.166,00
<b>S O M A</b>	<b>2.931.975,30</b>

**ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

(Em R\$)

<b>NÃO TRIBUTÁRIA</b>	
<u>Situação</u>	<u>Valor ( R\$ )</u>
Pendentes	79.658,87
<b>S O M A</b>	<b>79.658,87</b>

A participação societária do Estado é o registro dos investimentos do governo por participação no capital de empresas.

As ações da Empresa de Telecomunicações de Mato Grosso do Sul – TELEMS e da Empresa de Telecomunicações Brasileiras – TELEBRÁS, não sofreram alterações contábeis para adequação ao valor de mercado.

A participação no capital de empresas tem a seguinte composição:

<u>EMPRESA</u>	<u>VALOR R\$</u>
Telems	1.824.811,33
Telemat	1.702.007,12
Telebrás	638.372,71
Prodasul	1.622.385,00
Ertel	177.000,00
Lotesul	318.924,21
Empaer	162.360,74
Agrosul	13.803.453,68
Codems	3.426.643,64
CDHU	9.238.321,08
Sanesul	269.564.586,00
MS Gás	344.250,00
<b>S O M A</b>	<b>302.823.115,51</b>

A posição do patrimônio estadual está representada de forma resumida, através de anexos explicativos que compõem o Balanço Geral do Estado, conforme determina a Lei n. 4320 de 17 /03/64.

Para uma melhor avaliação, apresentamos a análise detalhada das contas patrimoniais ativas e passivas da Administração Direta e da Administração Indireta, a seguir:

## ADMINISTRAÇÃO DIRETA

## Análise das Contas Patrimoniais Ativas

(Em R\$)

ESPECIFICAÇÃO	BALANÇO/98	VARIÇÃO NO EXERCÍCIO		BALANÇO/99	DIFERENÇAS APURADAS
		DÉBITO	CRÉDITO		
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>570.023.356,82</b>	<b>4.042.939.863,73</b>	<b>3.940.179.978,29</b>	<b>663.391.350,32</b>	<b>9.391.891,94</b>
DISPONÍVEL	27.615.952,76	3.248.913.087,30	3.271.516.561,63	5.012.478,43	0,00
VINCULADO C/ BANCÁRIA REALIZÁVEL	23.849.378,01	470.256.158,94	467.426.476,12	26.679.060,83	0,00
Créditos a Receber	518.558.026,05	323.770.617,49	201.236.940,54	631.699.811,06	9.391.891,94
Diversos Responsáveis	189.195.043,32	99.029.225,87	54.852.434,49	233.371.834,70	0,00
Dívida Ativa	414.028,60	117.556.963,74	117.152.356,58	818.635,76	0,00
Estoque Int.	319.528.875,88	76.032.864,26	4.225.258,54	391.336.481,60	0,00
Almoxarifado	9.420.078,25	31.151.563,62	25.006.890,93	6.172.859,00	9.391.891,94
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>1.024.789.166,91</b>	<b>1.132.640.658,67</b>	<b>1.124.890.958,59</b>	<b>1.041.930.758,93</b>	<b>(9.391.891,94)</b>
INVESTIMENTOS	294.626.425,34	289.553.060,65	289.845.207,57	294.334.278,42	0,00
Part. Capital Empresas	293.262.291,32	289.386.360,22	289.678.507,14	292.970.144,40	0,00
Invest. Tit. Mobiliários	1.197.741,76	308,17	308,17	1.197.741,76	0,00
Outros Investimentos	166.392,26	166.392,26	166.392,26	166.392,26	0,00
IMOBILIZADO	727.495.777,63	841.660.368,08	835.045.751,02	743.502.286,63	(9.391.891,94)
Bens Móveis	44.891.010,87	0,00	0,00	54.282.902,81	(9.391.891,94)
Bens Imóveis	682.604.766,76	841.660.368,08	835.045.751,02	689.219.383,82	0,00
Ativ. Perm. Outros Poderes	<b>2.666.963,94</b>	<b>1.427.229,94</b>	<b>0,00</b>	<b>4.094.193,88</b>	<b>0,00</b>
<b>PASSIVO REAL DESC.</b>	<b>1.401.440.670,13</b>	<b>730.478.235,76</b>	<b>0,00</b>	<b>2.131.918.905,89</b>	<b>0,00</b>
<b>ATIVO COMPENSADO</b>	<b>150.321.025,01</b>	<b>180.075.807,43</b>	<b>300.061.852,69</b>	<b>30.334.979,75</b>	<b>0,00</b>
<b>T O T A L</b>	<b>.146.574.218,87</b>	<b>.086.134.565,59</b>	<b>5.365.132.789,57</b>	<b>.867.575.994,89</b>	<b>0,00</b>

OBS.: A diferença apurada entre Estoque Interno Almoxarifado e Bens Móveis, refere-se aos Bens de Natureza Permanente que foram Imobilizados, passando a compor o saldo da conta Bens Móveis.

## Análise das Contas Patrimoniais Passivas

(Em R\$)

ESPECIFICAÇÃO	BALANÇO/98	VARIÇÃO NO EXERCÍCIO		BALANÇO/99	DIFERENÇAS APURADAS
		DÉBITO	CRÉDITO		
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>738.471.439,15</b>	<b>300.264.355,22</b>	<b>400.775.056,37</b>	<b>838.982.140,30</b>	<b>0,00</b>
DÍVIDA FLUTUANTE	727.790.335,50	300.264.355,22	397.639.845,13	825.165.825,41	0,00
Restos a Pagar	186.888.125,14	120.950.910,44	79.374.324,50	145.311.539,20	0,00
Serviço Div. a Pagar	12.554.544,05	12.554.544,05	3.374.518,58	3.374.518,58	0,00
Consignações em Folha	6.129.164,32	46.542.533,26	44.541.740,38	4.128.371,44	0,00
Dep. Diversas Origens	1.526.130,11	3.355.529,13	3.383.114,91	1.553.715,89	0,00
Rec. Trib. Terceiros	338.493,96	7.686.126,78	7.829.682,07	482.049,25	0,00
Débitos de Tesouraria					
Ent. Sup. C/ Pagamento	104.944.013,50	109.174.707,23	106.927.712,69	102.697.018,96	0,00
Outras Obrig. a Pagar	411.331.307,14	4,33	152.208.752,00	563.540.054,81	0,00
Cartas de Crédito	4.078.557,28	0,00	0,00	4.078.557,28	0,00
Passivo Fin. Outros Poderes	<b>10.681.103,65</b>	<b>0,00</b>	<b>3.135.211,24</b>	<b>13.816.314,89</b>	<b>0,00</b>
<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>2.257.781.754,71</b>	<b>106.080.181,41</b>	<b>846.557.301,54</b>	<b>2.998.258.874,84</b>	<b>0,00</b>
DÍVIDA FUND. INTERNA	2.236.507.323,62	106.080.181,41	829.798.891,68	2.960.226.033,89	0,00
Por Contratos	2.236.507.323,62	106.080.181,41	829.798.891,68	2.960.226.033,89	0,00
Em Títulos		0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FUND. EXTERNA	21.274.431,09	0,00	16.758.409,86	38.032.840,95	0,00
Por Contratos	21.274.431,09	0,00	16.758.409,86	38.032.840,95	0,00
<b>PASSIVO COMPENSADO</b>	<b>150.321.025,01</b>	<b>300.061.852,69</b>	<b>180.075.807,43</b>	<b>30.334.979,75</b>	<b>0,00</b>
<b>T O T A L</b>	<b>3.146.574.218,87</b>	<b>706.406.389,32</b>	<b>1.427.408.165,34</b>	<b>3.867.575.994,89</b>	<b>0,00</b>



## ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

## Análise das Contas Patrimoniais Ativas

(Em R\$)

ESPECIFICAÇÃO	BALANÇO/98	VARIAÇÃO NO EXERCÍCIO		BALANÇO/99	DIFERENÇAS APURADAS
		DÉBITO	CRÉDITO		
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>97.134.972,67</b>	<b>670.744.950,14</b>	<b>653.650.281,49</b>	<b>114.229.641,32</b>	<b>0,00</b>
DISPONÍVEL	3.966.974,37	421.756.681,21	410.483.338,14	15.240.317,44	0,00
VINCULADO C/ BANCÁRIA REALIZÁVEL	13.506.125,58	72.008.475,76	75.373.474,63	10.141.126,71	0,00
Créditos a Receber	79.661.872,72	176.979.793,17	167.793.468,72	88.848.197,17	0,00
Bens para Revenda	2.930.900,06	12.268.195,13	1.738.012,38	13.461.082,81	0,00
Diversos Responsáveis	7.302,26	63.368,62	32.745,14	37.925,74	0,00
Devedores por	58.842,51	45.054.238,45	45.073.049,28	40.031,68	0,00
Empréstimos	74.133.638,07	74.133.638,07	75.489.711,90	72.777.564,24	0,00
Dívida Ativa	17.415,53	96.011,39	33.768,05	79.658,87	0,00
Estoque Int. Almojarifado	2.513.774,29	35.915.573,37	33.117.213,04	2.451.933,83	2.860.200,79
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>133.730.903,02</b>	<b>109.985.049,54</b>	<b>109.602.746,98</b>	<b>136.973.406,37</b>	<b>(2.860.200,79)</b>
INVESTIMENTOS	10.265.933,67	9.917.581,01	9.917.581,01	10.265.933,67	0,00
Part. Capital Empresas	9.852.971,11	9.599.617,00	9.599.617,00	9.852.971,11	0,00
Invest. Tit. Mobiliários	412.962,56	317.964,01	317.964,01	412.962,56	0,00
IMOBILIZADO	123.464.969,35	100.067.468,53	99.685.165,97	126.707.472,70	(2.860.200,79)
Bens Móveis	16.212.699,14	0,00	75.040,17	18.997.859,76	(2.860.200,79)
Bens Imóveis	107.252.270,21	100.067.468,53	99.610.125,80	107.709.612,94	0,00
<b>PASSIVO REAL DESC.</b>	<b>48.379.887,76</b>	<b>0,00</b>	<b>32.517.151,28</b>	<b>15.862.736,48</b>	<b>0,00</b>
<b>ATIVO COMPENSADO</b>	<b>388.486.135,04</b>	<b>274.324.518,02</b>	<b>459.051.229,16</b>	<b>203.759.423,90</b>	<b>0,00</b>
<b>T O T A L</b>	<b>667.731.898,49</b>	<b>1.055.054.517,70</b>	<b>1.254.821.408,91</b>	<b>470.825.208,07</b>	<b>(2.860.200,79)</b>

OBS.: A diferença apurada entre Estoque Interno Almojarifado e Bens Móveis, refere-se aos Bens de Natureza Permanente que foram Imobilizados, passando a compor o saldo da conta Bens Móveis.

## Análise das Contas Patrimoniais Passivas

(Em R\$)

ESPECIFICAÇÃO	BALANÇO/98	VARIAÇÃO NO EXERCÍCIO		BALANÇO/99	DIFERENÇAS APURADAS
		DÉBITO	CRÉDITO		
<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>210.427.079,82</b>	<b>92.525.863,33</b>	<b>76.400.281,67</b>	<b>194.301.498,16</b>	<b>0,00</b>
DÍVIDA FLUTUANTE	210.361.107,64	92.517.387,22	76.400.281,67	194.244.002,09	0,00
Restos a Pagar	195.747.083,98	59.695.707,52	42.843.169,13	178.894.545,59	0,00
Serviço Div. a Pagar	21.913,34			21.913,34	0,00
Consignações em Folha	432.598,28	3.838.484,37	3.718.784,81	312.898,72	0,00
Dep. Diversas Origens	8.174.692,26	14.152.879,82	13.471.048,23	7.492.860,67	0,00
Rec. Trib. Terceiros	5.984.819,45	14.830.314,85	16.366.309,77	7.520.814,37	0,00
Débitos de Tesouraria					0,00
Ent. Sup. C/ Pagamento				0,00	0,00
Outras Obrig. a Pagar	0,33	0,65	969,73	969,40	0,00
Cartas de Crédito					0,00
<b>Passivo Fin. Outros Poderes</b>	<b>65.972,18</b>	<b>8.476,11</b>		<b>57.496,07</b>	<b>0,00</b>
<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>68.818.683,63</b>	<b>55.496,15</b>	<b>4.001.098,53</b>	<b>72.764.286,01</b>	<b>0,00</b>
DÍVIDA FUND. INTERNA	68.818.683,63	55.496,15	4.001.098,53	72.764.286,01	0,00
Por Contratos	68.818.683,63	55.496,15	4.001.098,53	72.764.286,01	0,00
Em Títulos					0,00
<b>PASSIVO COMPENSADO</b>	<b>388.486.135,04</b>	<b>459.028.325,73</b>	<b>274.301.614,59</b>	<b>203.759.423,90</b>	<b>0,00</b>
<b>T O T A L</b>	<b>667.731.898,49</b>	<b>551.609.685,21</b>	<b>354.702.994,79</b>	<b>470.825.208,07</b>	<b>0,00</b>

**DA DÍVIDA PÚBLICA**

A dívida flutuante que representa os compromissos exigíveis a curto prazo, assumia ao final do exercício anterior R\$ 948.898.518,97, apresentou neste exercício, movimentos de inscrição no valor de R\$ 875.456.328,22 e de baixa no valor de R\$ 791.071.208,73, resultando ao término do mesmo, em um saldo no valor de R\$ 1.033.283.638,46.

A dívida fundada que somou em 31/12/99, o montante de R\$ 3.071.023.160,85, constitui-se de R\$ 2.998.258.874,84, de responsabilidade da Administração Direta e R\$ 72.764.286,01 de responsabilidade das Entidades Autárquicas.

A dívida da Administração Direta do Estado e das Entidades Autárquicas, Fundações e Fundos Estaduais está demonstrada no quadro a seguir:

(Em R\$)

<u>ESPECIFICAÇÃO</u>	<u>VALOR</u>
<b><u>ADMINISTRAÇÃO DIRETA</u></b>	
DÍVIDA FLUTUANTE	838.982.140,30
DÍVIDA FUNDADA INTERNA	2.960.226.033,89
DÍVIDA FUNDADA EXTERNA	38.032.840,95
<b>SOMA</b>	<b>3.837.241.015,14</b>

(Em R\$)

<b><u>ADMINISTRAÇÃO INDIRETA</u></b>	
DÍVIDA FLUTUANTE	194.301.498,16
DÍVIDA FUNDADA INTERNA	72.764.286,01
<b>SOMA</b>	<b>267.065.784,17</b>

**AGRADECIMENTOS**

Com a entrega do Balanço Geral do Estado, relativo ao exercício de 1999, consideramos cumprido o papel da Diretoria de Contabilidade Geral - DICONTE e aproveitamos a oportunidade para agradecer a colaboração prestada pelos integrantes da equipe, bem como o apoio prestado pela Empresa de Processamento de Dados de Mato Grosso do Sul – PRODASUL.

**Yolanda Garay de Oliveira**  
Diretora de Contabilidade Geral